

## OS SIGNIFICADOS DE “INTUIÇÃO”, SUAS SUBDIVISÕES E OBJETOS

### The meanings of “intuition”, their subdivisions and objects

Olavo Calabria

Universidade Federal de Uberlândia  
olavocalabria@ufu.br

**Resumo:** Este trabalho procura identificar o conjunto dos significados mais basilares em que Kant utiliza o termo “intuição”, especificando as múltiplas subdivisões de cada um deles e a sua conexão num conjunto ordenado, para finalmente determinar como os objetos da nossa intuição estão referidos a tais significados e subdivisões.

**Palavras-chave:** intuição; significados; Immanuel Kant.

**Abstract:** The present paper seeks to identify the most basic set of meanings in which Kant uses the term “intuition”, specifying the multiple subdivisions of each of them and their connection in an ordered set, to finally determine how the objects of our intuition are referred to such meanings and subdivisions.

**Keywords:** intuition; meanings; Immanuel Kant.

Em trabalho recente (Calabria, 2017b), fiz um ensaio com versão inicial deste trabalho, em que identifiquei os principais significados nos quais o termo “intuição” é utilizado por Kant no conjunto de sua obra e a partir disto explicito várias de suas subdivisões, resultado que foi suficiente para alcançar nosso objetivo naquele momento, que consistia em determinar o que Kant tem em mente quando se refere a “intuições cegas” e a qual(is) daqueles significados de “intuição” ela deveria ser adequadamente associada. Consegui encontrar, no âmbito daquele trabalho, várias subdivisões destes significados ou distintas conotações a eles subordinados, no entanto sem obter uma compreensão suficiente dos motivos e corolários da sua ampla diversidade. Talvez por não ser necessário para alcançar os objetivos daquele momento, sequer tomei consciência da sua reunião num conjunto, nem da conexão de suas diversas partes. A partir dos resultados inicialmente obtidos e das pesquisas subsequentes, foi preciso aguardar um pouco mais para chegar à compreensão atual<sup>1</sup>, que orienta aqui a tentativa de apresentar toda a sua complexidade e esclarecer suas interconexões<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Embora tenha alcançado um bom estágio de desenvolvimento, este trabalho encontra-se ainda em elaboração, pois carece de alguns elementos para obter uma conclusão razoável. Ele reúne os conteúdos de palestras sobre o tema que apresentei na XVII Encontro Nacional da ANPOF (18/10/2016), em Minicurso do PPGFIL na UPFA (11 e 12/05/2017), e no III Colóquio Kant UFU (27 e 28/09/2017) com o apoio da FAPEMIG, resultando de estudos sobre os usos do termo “intuição” em Kant, intimamente

Indício deste fato é que naquele texto consideramos que o termo “intuições puras” representaria um quarto significado basilar do termo “intuição”, sendo irreduzível aos três outros significados, a saber, ou um *ato* (o intuir), ou uma *representação* (estado mental), ou um *objeto* (conteúdo representacional), sem perceber que, antes disto, a expressão “intuição pura” e suas subdivisões podem ser subordinadas a um ou mais dos três significados basilares acima mencionados<sup>3</sup>. Deste modo, ordenaremos agora apenas sob os três significados basilares supracitados, um amplo conjunto de termos ou expressões que funcionam como meras divisões, como por exemplo, “sensação”, “intuição empírica”, “intuição pura” (subdividida na acepção de “forma da intuição”, que pode ser uma representação mental ou uma predisposição do ânimo, ou na acepção de “intuição formal”), assim como duas conotações complementares, relacionadas ao duplo tipo de objetos (conteúdos representacionais) que se referem às divisões já citadas, podendo ser tanto um “objeto indeterminado da intuição empírica”, denominado “aparecimento” [*Erscheinungen*], como o seu correlato, que por analogia descrevo como objeto conceitualmente determinado da intuição empírica<sup>4</sup>, denominado “fenômeno” [*Phaenomenon*] (cf. *KrV A 248*).

Não obstante, o ponto de partida que tomo aqui é o mesmo do trabalho anterior, e novamente usarei as sugestões fornecidas por Robert Pippin (1982, pp. 72), inspiradas nas indicações de George Schrader<sup>5</sup> e Richard Aquila<sup>6</sup>, como também a

---

relacionados a pesquisas sobre as operações de sínteses de representações intuitivas, que é de responsabilidade da faculdade da imaginação. Encontra-se uma abordagem distinta, mas útil, a este trabalho em artigo de Kirk D. Wilson (1975), que trata da singularidade e imediaticidade da intuição e ainda apresenta mais duas influentes posições a este respeito, a de Jaakko Hintikka (“On Kant’s Notion of Intuition (Anschauung)”. In: T. Penelhum and J. J. MacIntosh (eds.), *The First Critique: Reflections on Kant’s Critique of Pure Reason*. Belmont: Wadsworth Publishing Co. Inc., 1969, pp. 34-53) e a de Charles D. Parsons (“Kant’s Philosophy of Arithmetic”. In: Sidney Morgenbesser, Patrick Suppes, and Morton White (eds.), *Philosophy, Science, and Method: Essays in Honor of Ernest Nagel*. New York: St. Martin’s Press, 1969, pp. 568-594. Reprinted with the Postscript in Carl J. Posy (ed.), *Kant’s Philosophy of Mathematics*. Dordrecht: Kluwer, 1992, pp. 43-79).

<sup>2</sup> Destaco que o percurso para chegar ao estágio atual desta pesquisa contou com a colaboração decisiva de vários colegas, professores e alunos de graduação e pós-graduação em filosofia, especialmente os do IFCH da Universidade Federal do Pará, aos quais conjuntamente agradeço na pessoa do prof. Dr. Luís Eduardo Ramos de Souza, cujos questionamentos e sugestões que fizera durante os dois dias do minicurso intitulado “O que são intuições cegas em Kant”, que lá apresentei, serviram como fonte de fértil inspiração.

<sup>3</sup> À exceção do significado correspondente à “predisposição do ânimo”, pois, como será explicado adiante, mesmo sendo ele irreduzível aos três significados basilares, preferi considerá-lo como uma subdivisão de “intuição pura”, a tomá-la como um quarto significado basilar.

<sup>4</sup> Queira ver nosso esclarecimento do significado e uso desta expressão (Calabria, 2015, pp. 273 e ss.), que correlaciono à expressão semelhante cunhada por Kant (cf. *KrV A 20/B 34*).

<sup>5</sup> “The word *intuition* as Kant uses it in the Aesthetic is highly ambiguous. It can refer to a) the intuiting ~ or b) to the intuited content” (Schrader, 1951, p. 517).

complementação de Henry Allison<sup>7</sup>, amparada nas indicações de Lewis W. Beck em comunicação pessoal. Em ambos os casos são indicados os mesmos três significados basilares de “intuição”, a saber:

- 1) um *ato* de originar imediatamente algo singular (o intuir), isto é, uma *operação mental* de produzir ou criar algo na intuição;
- 2) um *objeto* (o intuído), isto é, um *conteúdo representacional*<sup>8</sup> imediato e singular.
- 3) uma *representação* (a modificação do ânimo à qual o objeto intuído se refere), isto é, um *estado mental* que possui qualidades particulares: é imediato e singular.

Daqui em diante, esta investigação toma um rumo diferente daquele que orientou o texto relacionado às intuições cegas. Mesmo assim, aproveitarei certos resultados daquele trabalho, que antes de debruçar-se sobre o tratamento da emblemática expressão kantiana referente à cegueira da intuição, encontrou pistas promissoras para elaborar uma distribuição razoavelmente ordenada das várias subdivisões e referências dos significados basilares de “intuição”. Retomo a indicação de Zöllner de que a origem do uso kantiano do termo “intuição” ocorrera, mesmo que de modo negativo, na *Dissertação* de 1770 “ao sustentar que ‘os seres humanos não têm à sua disposição uma intuição intelectual das coisas’ [*Intellectualium non datur (homini) intuitus*] (2: 396-7)” (Zöllner, 2010, pp. 79). Assim, Kant considera que há dois tipos de atos ou operações que dão origem a intuições, um que não é acessível aos seres humanos, mas apenas ao intelecto divino, denominado *intuição intelectual*, possuindo a capacidade de criar objetos na intuição exclusivamente a partir de si mesmo, isto é, fazê-los surgir ou existir a partir de seus próprios estados intelectuais (cf. *KrV* B 145), e

---

<sup>6</sup> “Kant uses the term ‘intuition’ to stand both for a certain kind of mental state as well as for any possible object of such a state” (Aquila., 1977, p. 275 ).

<sup>7</sup> “In fact, it applies to only one of three senses in which Kant uses the term: that in which it refers to a particular kind of representation or mental content. In addition to this more or less official sense of ‘intuition’, Kant also uses the term to refer both to the object represented by such a content (the intuited) and to the act of directly representing a particular (the intuiting). In short, it is necessary to distinguish between a mental content, an object, and an act sense of ‘intuition’” (Allison, 1983, p. 341, n. 14).

<sup>8</sup> Apresento os motivos para o uso destas expressões no artigo sobre intuições cegas (Calabria, 2017b, especialmente p. 67). Uma boa alternativa para isto, compatível com o uso de “estados mentais” para designar as representações, é a expressão “entidades mentais” como Wilson, por exemplo, utiliza (1975, p. 248), e que identifica com “objetos da consciência” (*idem*), embora as identifique também com o *conteúdo* dos atos associados à apreensão de tais representações [assim como faz Allison (1983, p. 68)], termo este que reservo para designar os *objetos* que se referem a tais representações, tal qual Kant costuma fazer (cf. *KrV* A 51/B 75).

outro, à qual temos acesso, denominado *intuição sensível*, cujo objeto que lhe corresponde na intuição pode apenas ser construído ou produzido a partir de representações que devem ser dadas às capacidades de nosso ânimo, tendo portanto uma origem que não é primordialmente do próprio ânimo. A partir disto, pode-se montar uma primeira tabela com estes significados basilares do termo “intuição”:

### “Intuição”: seus sentidos, subdivisões e objetos

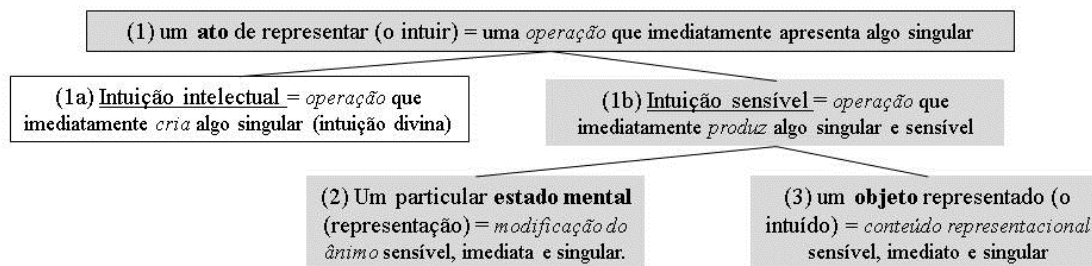


Tabela 1

Há outro trecho do referido artigo de Zöller que serve de auxílio, por apresentar sua explicação sobre a intuição pura. Apesar das restrições que apontamos em relação às posições que ele defende<sup>9</sup>, sua exposição ajuda a inserir nesta análise diversas expressões subordinadas à intuição sensível, além de fixar uma subdivisão explicitamente atestada por Kant entre *intuição empírica* e *intuição pura* (cf. *KrV* B 146-7). Zöller alega:

É importante destacar a diferença que Kant vê entre sensação, como material envolvido na intuição sensível, e a intuição sensível como o meio ou dimensão, ou contudo melhor: a *forma cognitiva*, na qual a sensação é tomada ou incorporada. Na análise de Kant da natureza do homem, a intuição sensível, *enquanto* intuição, como descrito acima (imediatividade, singularidade), não pertence aos fornecimentos dos sentidos *como tais*, mas apenas às formas sob as quais eles entram no aparato cognitivo da mente. Para Kant, estas formas da intuição sensível são a dupla forma do espaço e tempo, nas quais todos dados sensíveis são contidos. Mas espaço e tempo não são somente as *formas da sensibilidade*. Em primeiro lugar e primordialmente eles próprios são intuições. De fato, como formas de todo “posterior” preenchimento pelo material sensível, espaço e tempo eles próprios

<sup>9</sup> Para maiores detalhes sobre este ponto, queira ver nossos argumentos no mencionado artigo sobre intuições cegas (Calabria, 2017b, especialmente pp.80-83).

não são intuições preenchidas com material sensível. Melhor, eles são um caso de “intuição pura” (*intuitus purus*) (Zöller, 2010, p. 80).

Ao distinguir *sensação* de *intuição pura*, Kant descreve a primeira como uma representação mental que é a *matéria* da *intuição empírica*, explicando que uma “percepção [*Perzeption*] que se relaciona simplesmente ao sujeito, como modificação do seu estado, é sensação [*Empfindung*] (*sensatio*)” (*KrV* A 320/B 376). Ao utilizar esta mesma divisão, Zöller contrapõe tal sensação à *forma* na qual esta matéria é incorporada por nós, isto é, as intuições puras do espaço e do tempo, chamadas por ele de *formas cognitivas próprias do ânimo*<sup>10</sup> (cf. Zöller, 2010, p. 80). Embora isto não seja incorreto, demanda cautela, já que para identificar e relacionar com precisão as noções de “*sensação*” (percepção subjetiva ou matéria da intuição), “*intuição pura*” (formas cognitivas do ânimo) e “*intuição empírica*” (intuição que contém sensação), é preciso avançar no seu detalhamento, identificando as especificidades e subdivisões relacionadas a estas expressões, para deste modo superar indesejáveis equívocos. Em primeiro lugar, porque na intuição pura precisam ser distinguidas a *intuição formal* e a *forma da intuição* (cf. *KrV* B 160, n.) e, como vou mostrar, a forma da intuição desdobra-se por sua vez em *predisposição do ânimo* e *representação mental*. Neste caso, o que parece mais difícil de identificar como um tipo de forma da intuição pura, não é aquela que tem o significado de uma representação, mas sim a de predisposição do ânimo, que consiste num significado *sui generis* de “intuição”, correspondendo às condições transcendentais de possibilidade do espaço e do tempo, quando considerados como representações mentais ou então como objetos puros, estes últimos descritos na *Estética transcendental* como totalidades dadas, que precedem suas partes obtidas por limitação.

Kant refere-se a esta predisposição sensibilidade primeiramente de modo problemático, ao levantar conjecturas na *Estética transcendental* sobre qual seria a sua natureza e referindo-se a ela como uma “configuração do nosso ânimo” [*Beschaffenheit unseres Gemüths*] (*KrV* A 23 /B 37-8), e posteriormente de modo categórico em outras circunstâncias, das quais creio destacar-se a que aparece na *Anfibolia dos conceitos de*

<sup>10</sup> Quando utilizei trechos de Zöller sobre a expressão “intuição pura”, durante o mencionado trabalho sobre as intuições cegas, considerei que ela constituía um quarto sentido basilar de intuição, porém com o amadurecimento de nossa compreensão sobre o tema, prefiro classificá-la como uma subdivisão dos três significados basilares acima mencionados, por analogia ao que faço com o termo “intuição empírica”.

*reflexão*, em que é descrita como uma “configuração subjetiva da sensibilidade” [*subjective Beschaffenheit der Sinnlichkeit*] (*KrV* A 267/B 323), sempre assumindo o sentido de uma natureza constitutiva originariamente predisposta na receptividade do nosso ânimo, algo análogo aos “germes e disposições” (*KrV* A 66/B 90) inatos do entendimento, mencionados nas primeiras linhas da *Analítica dos Conceitos*, que somente são “desenvolvidos por ocasião da experiência” (*KrV* A 66/B 91).

Há, portanto, uma notável diferença entre a predisposição formal, que deve ser e funcionar como condição de possibilidade das operações e produtos realizados pelas nossas capacidades, e as próprias representações (estados mentais) ou os objetos (seus referentes), ambos puros, que devem ser originados justamente tendo como base ou fundamento tais predisposições transcendentais do ânimo. Neste caso, as sínteses que a imaginação efetua a partir da multiplicidade *a priori* (e também empírica) dada pelos sentidos, configuram-se como os meios emblemáticos para tal produção, que somente podem ser realizadas em conformidade com tais predisposições.

Logo, o que há de mais primordial em relação à intuição pura é a predisposição do ânimo, que embora não se manifeste antes da experiência, segundo Kant é por ela despertada por ocasião da experiência. É esta predisposição transcendental que deve prescrever que a *unidade* tanto do espaço quanto do tempo (como objetos da geometria e da cronometria) seja originariamente singular, única e una (uma só totalidade reunida), fazendo com que suas partes apenas sejam obtidas por procedimentos de limitação, assim como deve igualmente prescrever a forma na qual se manifestam as próprias representações puras, às quais tais os objetos puros se referem.

Feito este esclarecimento sobre a predisposição do ânimo, agora é preciso distinguir com precisão os outros dois significados de intuição pura, o de *representação mental* e o de *objeto* que a esta representação se refere, relacionando-os ainda às noções de forma da intuição e de intuição formal. Kant fornece como exemplo de intuição formal o espaço geométrico, considerado como objeto, (cf. *KrV* B 160, n.), mas isto não é suficiente para distingui-lo da representação pura do espaço à qual este objeto deve se referir. Isto porque, ao considerar que os objetos para nós devem também ser considerados como representações, Kant torna dramática a tarefa de fazer a distinção entre a representação e seu objeto. O trecho a seguir evidencia esta tensão:

Aquilo que se encontra na apreensão sucessiva é aqui considerado *representação*; mas o aparecimento que me é dado, embora não seja senão um conjunto dessas representações, é considerado o *objeto* da representação com o qual deve concordar meu conceito, que extraio das representações da apreensão (*KrV* A 191/B 236, grifos meus)<sup>11</sup>.

Algumas considerações e exemplos serão suficientes para bem compreender o essencial do que está aqui em questão. Será útil reproduzir a descrição a seguir, feita por Kant na *Segunda Analogia* da experiência, em que é explicitada a diferença entre a representação mental e o objeto que a ela se refere:

Já que a concordância do conhecimento com o objeto é a verdade, vê-se logo que aqui só pode ser perguntado pelas condições formais da verdade empírica e que *o aparecimento, em contraposição às representações da apreensão, só pode ser representado como objeto distinto das mesmas se está sob uma regra que o distingue de qualquer outra apreensão e torna necessário um modo de ligação do múltiplo*. O objeto é aquilo que no aparecimento contém a condição dessa regra necessária da apreensão (*KrV* A 191/B 236, grifos meus).

Mesmo que este trecho esteja associado propriamente ao múltiplo da intuição empírica, e não à pura, após a sua análise pode-se fazer uma analogia entre este domínio e o da intuição pura, pois o que importa aqui é determinar o *critério* que permite identificar as especificidades da representação, para contrapô-la ao objeto. O que Kant diz no trecho acima é que se deve considerar como representação “aquilo que se encontra na apreensão sucessiva”, quer dizer, tanto aqueles estados mentais desconectados cuja multiplicidade cabe à imaginação percorrer [*durchlaufen*] e tomar junto [*zusammennehmung*] num todo, mediante operações que consistem em perpassar [*durchgegangen*] e conjuntamente apanhar [*aufgenommen*] esta multiplicidade para ser ligada [*verbunden*] (cf. *KrV* A 77/B 102 e A 99), confinando-se, portanto, ao âmbito das meras modificações do ânimo. Feito isto, coloca-se o problema de como distinguir de tal reunião de representações mentais do objeto que a elas se refere, levando particularmente em conta que o objeto destas representações (o aparecimento) não seja mais do que um conjunto dessas representações. Qual a diferença, então, entre a

---

<sup>11</sup> Se por um lado, Kant quase identifica neste trecho o objeto com a representação a que ele se refere, na sequência de sua argumentação ele quase identifica a representação com o objeto, ao dizer que “pode-se chamar objeto tudo e mesmo toda representação na medida em que se é consciente dela” (*KrV* A 189/B 234), o que será analisado adiante.

intuição enquanto representação e a intuição enquanto objeto desta representação? O trecho a seguir, também da *Segunda Analogia* da experiência, parece à primeira vista dificultar mais ainda o problema:

A apreensão do múltiplo do aparecimento é sempre sucessiva. As representações das partes sucedem umas às outras. A questão se também se sucedem no objeto, concerne a um segundo ponto da reflexão não contido no primeiro. Ora, pode-se chamar objeto tudo e mesmo toda representação na medida em que se é consciente dela; só que o que esse termo deve significar nos aparecimentos, não na medida em que estes (como representações) são objetos, mas apenas na medida que designam um objeto, é de se investigar mais profundamente (*KrV* A 189-90/B 234-5).

No trecho citado imediatamente antes deste, Kant declarou que o *objeto* denominado “aparecimento” não é senão um conjunto de *representações* (cf. *KrV* A 191/B 236) e agora, ao alegar que se pode dar o nome de objeto a tudo, e mesmo à representação “na medida em que se é consciente dela” (*KrV* A 190/B 235), parece tornar impossível a distinção entre objeto e representação. O que se quer é determinar em que sentido precisamente poder-se-ia dizer que algo difere das representações mentais a ponto de configurar-se como um objeto que a elas se refere. A questão que se deve “investigar mais profundamente” (*idem*) é justamente a de saber qual o significado que a palavra “objeto” assume nos aparecimentos (os objetos indeterminados da intuição empírica)<sup>12</sup>. Assim, é necessário separar radicalmente o significado em que o termo “intuição” é usado para denotar objetos, daquele em que é utilizado para denotar meras representações mentais. Kant fornece uma boa pista de como fazê-lo: basta usar como critério diferentes *ordens temporais* em que as múltiplas partes são reunidas em cada um deles:

Assim, por exemplo, a *apreensão* do múltiplo no aparecimento de uma casa, que está colocada diante de mim, é *sucessiva*. Ora, a questão é se o múltiplo desta mesma casa também é em si sucessivo, o que certamente ninguém concederá (*idem*, grifos meus).

---

<sup>12</sup> “O efeito de um objeto sobre a capacidade de representação, na medida em que por ele somos afetados, é a *sensação*. Aquela intuição que se relaciona com o objeto por meio de sensação, chama-se *empírica*. O objeto indeterminado de uma intuição empírica chama-se *aparecimento*” (*KrV* A 20/B 34).



Kant sustenta que qualquer um de nós prontamente consente que a multiplicidade de partes *do objeto* (aparecimento) não pode estar nele mesmo reunida *sucessivamente*. Ora, segundo o tempo, se o múltiplo não está ordenado segundo a sucessão, só pode estar segundo a *simultaneidade* e, portanto, é somente nesta ordenação temporal que o múltiplo de partes de um objeto como uma casa, por exemplo, pode estar nela reunido. Logo em seguida às declarações acima citadas, Kant realiza um detalhado exame deste procedimento de reunião objetiva de representações, cuja ordem é estritamente regulamentada em diferentes relações temporais. Reproduzirei a seguir o trecho correspondente, embora omitindo as considerações ali presentes relacionadas à contraposição feita em relação às coisas em si, pois o que nos interessa aqui concerne tão somente à distinção entre as representações mentais da intuição empírica e o objeto destas representações:

Na medida em que os aparecimentos apenas como representações são concomitantemente objetos da consciência, não se distinguem de modo algum da apreensão, isto é, do acolhimento na síntese da capacidade da imaginação, devendo-se portanto dizer: o múltiplo dos aparecimentos é sempre produzido sucessivamente *no ânimo*. (...) Com efeito, temos a ver somente com as nossas representações (...). Ora, embora sem ser coisas em si mesmas os aparecimentos sejam não obstante o único que pode ser dado ao nosso conhecimento, devo indicar *qual ligação no tempo* deva ser atribuída ao múltiplo *nos aparecimentos*, já que a representação do múltiplo *na apreensão é sempre sucessiva* (KrV A 190/B 235, grifos meus).

A apreensão do múltiplo de representações intuitivas, que ocorre apenas no âmbito representacional dos estados mentais, dá-se *sempre* numa ordem de *sucessão* temporal, na qual cada representação é seguida de outras numa série contínua de partes, como o que ocorre, por exemplo, na experiência empírica de visitar alguma casa, na qual as múltiplas partes que a compõem são observadas ou apreendidas sucessivamente, ora o chão, ora o teto, ora a parede, ora a janela, ora um cômodo, ora outro, numa sucessão destas partes que, embora seja bem determinada em cada vez, sempre se configura de modo eminentemente *circunstancial*, pois a ordem em que foram apreendidas pode facilmente ser modificada noutras visitas posteriormente feitas à mesma casa. É próprio da natureza constitutiva dessa experiência que o fluxo mental da apreensão intuitiva as representações sucedem-se numa série temporal *aleatória*, sendo possível haver múltiplas variações na ordem em que suas partes são apreendidas, o que

é típico dos estados mentais ou das modificações do ânimo. Daí porque se afirma que o termo “objeto” deve assumir uma conotação radicalmente distinta da que ocorre na mera apreensão representacional, na medida em que a reunião do múltiplo que ele contém precisa estar submetida a uma *regra* necessária de unificação e, portanto invariável, que também corresponde a uma muito bem definida *ordenação temporal*, mas que não é a da sucessão. Tomando novamente como exemplo um objeto bem conhecido de uma casa, que Kant obviamente considera ser um objeto para nós (aparecimento ou fenômeno) e não uma coisa em si mesma, ele sustenta que aquilo que determina a sua constituição como um objeto é precisamente um modo necessário em que é reunido nele o múltiplo das suas representações:

O que entendo, portanto, com a pergunta: *como* pode ser ligado o múltiplo *no próprio aparecimento* (que não é nada em si mesmo)? Aquilo que se encontra na apreensão *sucessiva* é aqui considerado *representação*; mas o aparecimento que me é dado, embora não seja senão um conjunto dessas representações, é considerado o *objeto da representação* com o qual deve concordar meu conceito, que extraio das representações da apreensão. Já que a concordância do conhecimento com o objeto é a verdade, vê-se logo que aqui só pode ser perguntado pelas condições formais da verdade empírica e que o aparecimento, em contra-relação com as representações da apreensão, *só pode ser representado como objeto distinto das mesmas, se está sob uma regra que o distingue de qualquer outra apreensão e torna necessário um modo de ligação do múltiplo*. O objeto é aquilo que no aparecimento contém a condição dessa *regra necessária* da apreensão” (*KrV A 190-1/B 235-6*, grifos meus).

Isto é bem esclarecedor, tendo a vantagem de distinguir em detalhe vários elementos envolvidos na apreensão de representações e na construção do objeto que lhes corresponde e, além disto, também a etapa seguinte de elaboração do conhecimento deste objeto por meio de uma unificação sob seu conceito, questão que extrapola nosso interesse atual<sup>13</sup>.

Novamente encontra-se a contraposição entre dois modos em que se dá a ligação do múltiplo de representações, por um lado na apreensão de representações mentais da intuição empírica e, por outro, na reunião de representações da produção do objeto (aparecimento), aquele sendo elaborado mediante reuniões realizadas de modo

---

<sup>13</sup> Queria ver o tratamento desta etapa de construção do conhecimento científico dos objetos da natureza (objetos da experiência) em trabalhos anteriores (cf. Calabria, 2013, 2015).

circunstancial em diversificadas séries de sucessão temporal, e este sendo elaborado sob o governo de certa regra de reunião (síntese, ligação) que confere ao múltiplo reunido um tipo bem definido de ligação, que o torna distinto de todos os outros modos de reunião.

Kant ainda fornece na *Segunda Analogia* da experiência outra valiosa exposição muito destes processos de ordenação:

No exemplo anterior de uma casa, as minhas percepções podiam, na apreensão, começar pelo cimo e terminar no solo; mas também começar por baixo e terminar em cima e do mesmo modo apreender à direita e à esquerda o múltiplo da intuição empírica. Na série destas percepções não havia nenhuma ordem determinada, que impusesse, necessariamente, por onde devia começar a apreensão, para ligar empiricamente o múltiplo. Esta regra, porém, encontra-se sempre na percepção do que acontece, e torna *necessária a* ordem das percepções que se sucedem (na apreensão desse aparecimento). No nosso caso, terei, portanto, que derivar a *sucessão subjetiva* da apreensão da *sucessão objetiva* dos aparecimentos, caso contrário, a primeira seria totalmente indeterminada e não se distinguiria um aparecimento de outro (*KrV A 192-3/B 237-8*).

Embora no contexto da *Segunda Analogia* o que esteja propriamente em questão seja a regra necessária da *conexão de causa e efeito*, que governa as *mudanças* que acontecem na natureza (sucessão de estados dos aparecimentos), e não, como nos interessa aqui, a regra necessária que governa a *configuração de um objeto* (constituição do aparecimento), mesmo assim há ali elementos suficientes para elucidar a questão que nos interessa. Neste trecho, Kant fornece o exemplo da apreensão *sucessiva* de representações na intuição empírica, corroborando a sua natureza eminentemente circunstancial e variável, em que não há qualquer ordem que imponha de modo necessário determinada série em que as representações se sucedam. Em seguida, a esta sucessão circunstancial é contraposto o procedimento governado por uma regra necessária, a da conexão de causa e efeito que governa os acontecimentos, que também consiste numa *ordem de sucessão temporal*, mas na qual está prescrito de modo muito bem definido que “toda a variação (sucessão) dos aparecimentos é só mudança” (*KrV B 233*), isto é, a mudança que ocorre nos aparecimentos (enquanto objetos da intuição empírica) consiste em simples *variações de seus atributos* e não na alteração em sua existência, já que devem permanecer como substâncias (a existência da substância deve

ser simultânea com a sucessão de seus variados atributos). Deste modo, obtém-se como corolário que somente pode mudar (ter variação de atributos) aquilo que permanece (sem vir a ser outro, nem deixar de seu o que é), já que “o surgir ou perecer da substância não é mudança da mesma, pois o conceito de mudança pressupõe o *mesmo* sujeito com duas determinações contrapostas enquanto existe” (*idem*).

Este procedimento, relacionado à regra da necessária *conexão* entre causa e efeito, pode nos ajudar a compreender o outro tipo de regra que nos interessa e que identificamos como a de síntese de representações simultâneas, que governa a reunião de partes no objeto, isto é, a regra necessária de *configuração* do objeto da intuição empírica (aparecimento). Na descrição da *Segunda Analogia* temos dois exemplos de reuniões, uma que é derivada da *sucessão subjetiva* (sem regra necessária) e corresponde à apreensão na intuição empírica e outra que é derivada da *sucessão objetiva* (com regra necessária) e corresponde às mudanças que acontecem com os aparecimentos.

Assim, para que o aparecimento se configure como objeto da intuição, deve também haver no procedimento de sua construção outro tipo de regra necessária governando a reunião do múltiplo de intuições (mesmo que seja ainda conceitualmente indeterminado), porém diferente da regra que governa a mudança dos aparecimentos, pois já não se trata da variação de múltiplas determinações que nele se sucedem, mas sim da reunião objetiva de múltiplas partes que o constitui. Portanto, a multiplicidade a ser reunida não é a dos distintos estados do objeto numa ordem temporal de sucessão, mas sim a das suas distintas partes, cuja reunião só pode se dar neste caso numa ordem temporal de *simultaneidade*. Daí porque, apesar da apreensão das partes de uma casa ser representada na intuição sucessivamente, na casa ela mesma é evidente que todas as suas partes devem ser representadas como existindo simultaneamente. E o mesmo se dá com qualquer objeto que consideremos, seja ele uma montanha, um dado, um corpo humano, o que quer que seja. Mesmo que não possamos apreender simultaneamente na experiência empírica de observação de um dado, por exemplo, todos os seus seis lados, assim como o seu interior, nem também apreender simultaneamente os vários lados, desfiladeiros, cavernas e outras partes de uma montanha, nem apreender simultaneamente os vários órgãos e tecidos do corpo de uma pessoa, é evidente que

sempre consideramos que em cada um desses objetos, eles mesmos, todas estas partes *existem neles simultaneamente*, constituindo-os como objetos justamente por isto.

De posse agora do procedimento de distinção entre a representação mental e seu objeto no domínio da intuição empírica, temos condições de voltar ao caso da intuição pura para distinguir os significados de *forma da intuição*, tanto como representação mental quanto como predisposição do ânimo, assim como o de *intuição formal*, enquanto objeto da representação. O trecho a seguir, que corrobora o procedimento de distinção que estamos apresentando, avança no sentido de determinar de que modo se realiza a constituição de objetos da intuição *pura*, tendo como exemplo um objeto puro da geometria, o triângulo:

Ora, uma vez que apenas temos que nos ocupar com o múltiplo das nossas representações e como aquele X, que lhes corresponde (o objeto), não é nada para nós, pois deve ser algo de diferente de todas as nossas representações, é claro que a unidade, que constitui, necessariamente, o objeto, não pode ser coisa diferente da unidade formal da consciência na síntese do múltiplo das representações. Mas essa unidade é impossível, se a intuição não pôde ser produzida por esta função de síntese, segundo uma regra que torne necessária *a priori* a reprodução do múltiplo, e possível um conceito em que esse diverso se unifique. Assim, pensamos um triângulo como objeto, quando temos consciência da composição de três linhas retas de acordo com uma regra, segundo a qual, uma tal intuição pode ser sempre representada. Ora esta *unidade da regra* determina todo o múltiplo e limita-o a condições que tornam possível a unidade da apercepção, e o conceito dessa unidade é a representação do objeto = X, que eu penso mediante predicados de um triângulo (*KrV* A 105).

No caso de um objeto da intuição pura, é necessária a intervenção também de capacidades intelectuais, mediante as regras de unidade da apercepção e as representadas pelos conceitos do entendimento, pois tais objetos não concernem a um domínio exclusivamente sensível, como aquele em que os aparecimentos situam-se devido ao fato de serem conceitualmente indeterminados, podendo por isto fazer parte até mesmo do saber não intelectual a que os bichos têm acesso (cf. *Log* 9: 64-65)<sup>14</sup>. Os objetos puros, como os da geometria e da cronometria, transcendem este patamar e

---

<sup>14</sup> Em trabalho anterior (Calabria, 2013), apresento uma análise e distinção dos graus de conhecimentos, tendo como fundamento a colaboração entre as diversas capacidades de representação, mostrando como isto pode explicar a diferença entre o saber dos bichos e o conhecimento humano (q.v.).

avançam para um domínio que corresponde ao conhecimento científico, que concerne especificamente aos objetos da matemática e aos fenômenos da natureza.

Porém, analogamente ao que ocorre em relação à intuição empírica, no caso da intuição pura o que permite distinguir as representações mentais dos objetos que a elas se refere também é uma regra necessária de reunião da multiplicidade dada, multiplicidade esta que naturalmente passa a constituir-se de representações puras. Mas é justamente devido a esta especificidade dos objetos puros, cuja produção requer as sínteses figurativas, os esquemas da imaginação e a unificação intelectual das categorias que “a unidade, que constitui, necessariamente, o objeto, não pode ser coisa diferente da unidade formal da consciência na síntese do múltiplo das representações”, de tal modo que “pensamos um triângulo como objeto, quando temos consciência da composição de três linhas retas de acordo com uma regra, segundo a qual, uma tal intuição pode ser sempre representada” (*idem*). É decisivo notar que aqui são indispensáveis tanto a grandeza representada pelo número três, condicionada pelos conceitos puros do título da quantidade, como o esquema transcendental, enquanto regras de construção intuitivas produzidas pela faculdade da imaginação *em conformidade* com as categorias (cf. *KrV* 146/B 186). Obtém-se com isto um objeto cuja produção e acesso extrapolam o alcance dos bichos, cujas capacidades são meramente sensíveis (sentido e imaginação) e não intelectuais. Os objetos espaciais puros da geometria (analogamente aos objetos temporais puros da cronometria, como instantes, intervalos, períodos), constituem objetos de rigoroso conhecimento, no significado próprio do termo, o que explica porque tais conhecimentos puros, assim como os das ciências da natureza, não podem ser produzidos por entes que careçam de intelecto (entendimento, faculdade do juízo, razão).

Resta apenas mostrar como tais objetos *puros* podem ser distinguidos das representações mentais às quais eles se referem. Será que o que ocorre com os objetos referentes às representações puras (cujo múltiplo é puro e originariamente obtido por limitações) guarda semelhança ou analogia com o que ocorre com os objetos referentes às representações empíricas (cujo múltiplo é empírico e consiste em sensações dadas pela afecção), em que há uma reunião circunstancial da multiplicidade na intuição empírica que, depois, é submetida a regras necessárias de reunião (objetiva) nos aparecimentos? Se é razoavelmente fácil representar-nos uma multiplicidade empírica,

mediante diversos cheiros, gostos, cores, sentimentos e assim por diante, tal como somos afetados pelos sentidos externo e interno, como poderíamos nos representar um múltiplo puro, se a eles não corresponde nenhuma sensação ou sentimento? O exemplo da intuição empírica de uma casa talvez possa indicar uma saída para este problema. De fato, quando reparamos no exemplo fornecido por Kant, relacionado à experiência de receber aleatoriamente as representações sensíveis de uma casa, encontramos que as percepções poderiam “começar pelo cimo e terminar no solo; mas também começar por baixo e terminar em cima e do mesmo modo apreender à direita e à esquerda o múltiplo da intuição empírica”. Ora, nesta descrição da intuição empírica a presença das formas puras do espaço e do tempo já está presente, embora nem sempre evidente, e não poderia ser de outra forma, visto que um dos principais resultados da *Estética transcendental* é justamente a necessidade de que qualquer experiência sensível estará necessariamente condicionada às duas formas puras da sensibilidade, o espaço e o tempo. Cada uma das sensações, que em si próprias são simplicidades desconectadas e consistem na matéria que é reunida na intuição empírica da casa, está sempre determinada em relação ao tempo e ao espaço, começando ou terminando (instantes, momentos) pelo cimo ou pelo solo (localizações). Pode-se dizer, portanto, que as representações puras, ao contrário dos objetos puros, seriam justamente as formas sensíveis nas quais o múltiplo dado das representações empíricas (sensações) é reunido na intuição empírica.

Portanto, vê-se que sob a noção de intuição pura estão subordinadas as noções de (a) *forma da intuição*, que pode tanto ser (a.1) uma predisposição inata, quanto (a.2) uma representação mental meramente formal (a priori)<sup>15</sup>, ou então (b) uma *intuição formal*, isto é, um objeto puro, que pode ser tanto (b.1) o espaço ou o tempo, enquanto totalidades originariamente dadas, ou (b.2) partes do espaço e do tempo, como partes

---

<sup>15</sup> Em conformidade com esta posição, Caygill indica que os aparecimentos constituem-se de sensação (sua matéria) e espaço e tempo (suas formas), sustentando que estes “últimos encontram-se num estado de potencialidade, ou, nas palavras de Kant, repousam prontos para aplicar-se às sensações *a priori* no ânimo (*KrV* A 20/B 34), e são ativadas pela sensação. Deste modo, a noção de aparecimento torna possível que as formas da intuição sejam consideradas como *potencialmente anteriores* à (mas *efetivamente posteriores* à) sensação ou a matéria da intuição” [*The latter are in a state of potentiality, or in Kant’s words ‘lie ready for the sensations a priori in the mind’ (...), and are activated by sensation. In this way the notion of appearance makes it possible for the forms of intuition to be regarded as **potentially prior** to (but in **actuality posterior** to) sensation or the matter of intuition*] (Caygill, 2000, p. 266, grifos meus). Assim, além da *intuição formal* (objeto), ainda identifico aqui outros dois tipos de intuição pura, devido ao desdobramento da *forma da intuição* em (i) predisposição formal intuitiva (configuração do ânimo), ou (ii) representação formal intuitiva (estado mental).

determinadas do espaço (figuras) ou do tempo (uns tempos) gerados por limitação das totalidades originárias.

Disto resulta uma surpreendente diversidade de significados relacionados aos usos que Kant faz do termo “intuição”, na qual os três significados basilares desdobram-se em diversas subdivisões e objetos, cuja tabela completa aparece a seguir, permitindo vislumbrar, de um só golpe de vista, todas as suas especificidades e inter-relações.

### “Intuição”: seus sentidos, subdivisões e objetos

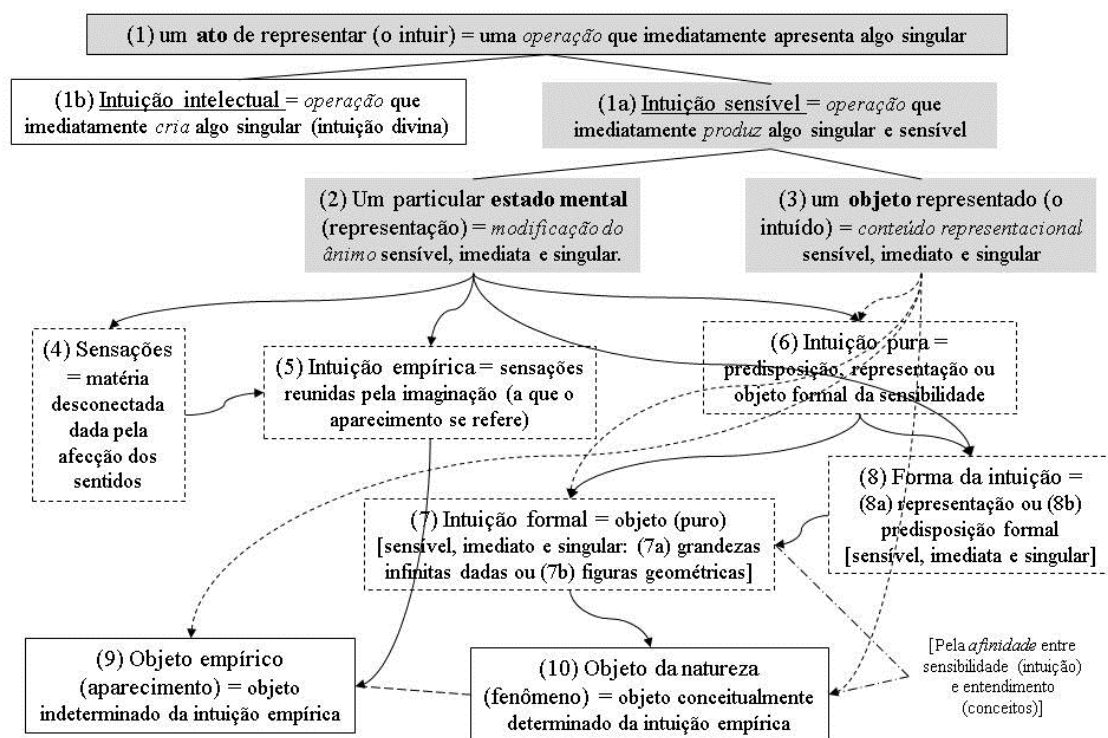


Tabela 2

Em resumo, esta tabela mostra essencialmente que inicialmente a intuição divide-se segundo dois tipos de atos, um correspondendo à intuição divina, que é intelectual, e outro à intuição humana, que é sensível. Por sua vez, nossa intuição sensível comporta tanto representações intuitivas (estados mentais), quanto seus objetos (conteúdo das representações). Subordinadas a estes dois produtos do ato de intuir, temos três subdivisões, que podem ser ou representações empíricas desconectadas (sensações, que consistem na matéria da intuição empírica), ou a reunião



destas representações empíricas (sensações) num todo circunstancialmente unificado (intuições empíricas), ou representações puras que conferem a forma na qual as sensações são reunidas na intuição empírica. Estas representações puras consistem apenas num dos três tipos de intuição pura, que podem assumir ainda as duas seguintes subdivisões: uma que concerne às *predisposições formais* próprias da configuração da nossa sensibilidade<sup>16</sup>, que juntamente com tais representações puras configuram o que Kant chama de “formas da intuição”, e outra subdivisão denominada de “intuições formais”, que concernem a *objetos puros*, tanto no sentido de totalidades singulares, únicas e unas (a exemplo do espaço geométrico e do tempo cronométrico), como no de suas limitações (a exemplo das figuras geométricas ou dos intervalos de tempo, entre outros). Finalmente, pela reunião de intuições empíricas e de intuições puras subordinadas a regras bem determinadas, obtêm-se dois tipos de objetos da intuição sensível: os *aparecimentos*, que são objetos conceitualmente indeterminados obtidos mediante operações autônomas da faculdade da imaginação (quando opera apenas sob regras temporais de reunião simultânea de partes num todo e livre do governo de regras de unidade intelectuais), ou os *fenômenos*, que são objetos conceitualmente determinados obtidos mediante operações heterônomas da faculdade da imaginação (quando opera sob o governo também de regras de unidade intelectuais, devido a sua afinidade com o entendimento).

## Referências

ALLISON, H. E. (1983). *Kant's transcendental idealism: an interpretation and defense*. New Haven, London: Yale Univ. Press.

AQUILA, R. E. (1977). The Relationship between Pure and Empirical Intuition in Kant. *Kant Studien*: v. 68, n. 3, pp. 275-289.

CALABRIA, O. P. (2017b). Intuições cegas são aparecimentos. Rio de Janeiro: *Studia Kantiana*, v. 15, n. 2, pp. 63-85.

\_\_\_\_\_. (2017a). The Imagination in Kant's Philosophy and Some Related Questions. *Estudos Kantianos*, v. 5, n. 1, pp. 139-158.

<sup>16</sup> Isto explica a afirmação de que a *unidade* da intuição formal (do espaço e do tempo), obtida exclusivamente por meio das capacidades sensíveis, é “anterior a todo conceito” (*KrV B 160*, n.), pois ela é esta configuração formal predisposta nos sentidos que condiciona o modo no qual serão dadas as afecções aos sentidos e suas sínteses pela imaginação.

\_\_\_\_\_. (2012). *A imaginação de Kant e os dois objetos para nós*. 2012. 209 p. Tese (Doutorado em filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. (2006). A distinção kantiana entre aparecimento e fenômeno. *Kant E-Prints*, Série-2, v. 1, n. 1, pp. 119-126.

CAYGILL, H. (2000). *A Kant Dictionary*. Oxford / Malden: Blackwell Publishing Ltd.

KANT, I. *Gesammelte Schriften* Hrsg.: Bd. 1-22 Preussische Akademie der Wissenschaften, Bd. 23 Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin, ab Bd. 24. Akademie der Wissenschaften zu Göttingen. Berlin, 1900ff.

PIPPIN, R. B. (1982). *Kant's Theory of Form. An Essay on the Critique of Pure Reason*. New Haven / London: Yale Univ. Press.

SCHRADER, G. (1951). The Transcendental Ideality and Empirical Reality of Kant's Space and Time. *The Review of Metaphysics*, v. 4, n. 4, pp. 507-536.

WILSON, K. D. (1975). Kant on Intuition. *The Philosophical Quarterly*, v. 25, n. 100, pp. 247-265.

ZÖLLER, G. (2010). Of empty thoughts and blind intuitions Kant's answer to McDowell. *Trans/Form/Ação*, v. 33, n. 1, pp 65-96.